

ATA 10, REUNIÃO ORDINÁRIA
13 DE AGOSTO DE 20251
2
3

4 No dia 13 de agosto de 2025, às 8h37, Cleohara, presidente do conselho municipal de saúde, deu
5 início a reunião deu bom dia a todos e pediu compreensão dos colegas, explicando que o ambiente
6 é pequeno e acústico, e que é importante ouvir quem está à frente, pois todos representam parte do
7 município e precisam multiplicar as informações. Informou que o diálogo será limitado pelo espaço
8 e solicitou empatia. Em seguida, deu início à reunião, indicando que os informes começariam com
9 Lorena, que explicaria a situação da secretária, ausente no momento por participar de reunião no
10 CIR sobre o CAPS AD. Lorena, assessora especial da Saúde, deu bom dia a todos e se apresentou.
11 Explicou que a secretária de Saúde, Flávia, não pôde estar presente porque participava de reunião
12 da CIR em Sobral, que havia sido remarcada para coincidir com a data do Conselho, tratando de pauta
13 importante sobre o CAPS AD, visando inauguração e fortalecimento do serviço. Informou que, na
14 ausência da secretária, ela e as suplentes Sabrina e Shirley estão disponíveis para responder ou levar
15 questionamentos ao órgão competente. Também comunicou que, caso precise se ausentar, será
16 devido à internação de sua avó no Hospital São Camilo, mas pretende permanecer até o final da
17 reunião. Cleohara, ressaltou que a secretária havia comunicado previamente sua ausência e que
18 havia solicitado a presença da representante para dar as devidas explicações. Em seguida, abriu para
19 os colegas participarem do informe, lembrando que cada intervenção deveria durar apenas dois
20 minutos. Informou que Cleano seria o primeiro a falar e que, após sua fala, não seriam abertas novas
21 inscrições. Em seguida, deu oportunidade para Benedita se manifestar dentro do tempo estipulado.
22 Cleano, agente comunitário de saúde (ACS), deu bom dia e trouxe duas pautas: o financiamento e o
23 trabalho das equipes de saúde. Relatou que houve piora no atendimento, pois todas as consultas
24 agora precisam ser agendadas com 24 horas de antecedência, e que o trabalho dos ACS se tornou
25 mais mecânico, focado apenas em cadastramento de moradores, deixando de lado a atenção à saúde
26 da comunidade. Ressaltou que os ACS estão preparando o terreno para que outras categorias colham
27 os frutos do trabalho, o que gera frustração e indignação. Criticou ações de enfermeiros e gerentes
28 que estariam tentando prejudicar os ACS, enviando documentos à Câmara, e defendeu que o
29 incentivo pelo trabalho realizado deve ser garantido. Informou que representantes da categoria
30 estão em Fortaleza para tratar da apresentação especial, e que, até outubro, os ACS e agentes de
31 combate às endemias receberão um salário adicional devido ao curso técnico. Finalizou dizendo que
32 a briga agora não é apenas com a categoria, mas pessoalmente com ele. Cleohara, presidente do
33 Conselho, passou a palavra para Benedita, conselheira, destacando que seu informe trata de situação
34 delicada. Benedita explicou que foi eleita delegada para a Conferência Nacional do Trabalhador e da
35 Trabalhadora, que oferece traslado aéreo, hospedagem e alimentação, mas como chegará em
36 Brasília antes do início do evento, terá gastos adicionais de alimentação e transporte. Informou que
37 já enviaram ofício à secretária de Saúde solicitando apoio financeiro para garantir sua diária, mas
38 ainda não houve retorno. Esclareceu que, segundo o regimento do conselho, apenas trabalhadores
39 têm direito à diária, não usuários, e que é necessário atualizar o regimento para mudar essa situação.
40 Benedita pediu ajuda aos colegas para contribuir financeiramente via PIX, precisando de pelo menos
41 R\$ 80,00 para garantir seu almoço antes do início da conferência, lembrando que após as 18h a
42 alimentação estará garantida até o retorno a Fortaleza. Benedita, conselheira, compartilhou sua

43 experiência anterior negativa na Marcha das Margaridas, quando precisou arcar com custos pessoais
44 por não ter vínculo com o sindicato, apesar de representar o conselho e a pastoral da AIS, ressaltando
45 que, apesar das dificuldades financeiras, a participação foi enriquecedora e trouxe aprendizados para
46 o conselho. Comentou sobre a oficina divulgada por Cleohara no grupo, destacando que é uma
47 oportunidade importante e que a ajuda de custo deve ser pactuada previamente para garantir
48 participação, incluindo transporte e alimentação. Ressaltou a importância de lutar por esses direitos
49 em pré-conferências e fóruns, para garantir representatividade e apoio logístico. Finalizou dizendo
50 que, embora tenha condições de arcar com os custos, não seria adequado financiar sozinha sua
51 representação de categoria, classe e município. Incentivou ainda a inscrição na oficina presencial em
52 Camocim, mencionando que, com desistências, outras pessoas podem participar. Cleohara,
53 presidente do Conselho, falou sobre o programa Participa Mais Brasil, explicando que é voltado para
54 conselheiros como multiplicadores, oferecendo aprendizado sobre controle social e os instrumentos
55 utilizados nesse contexto. Informou que haverá uma capacitação para os conselheiros no próximo
56 mês, com direito a certificado, e que a data será informada no grupo. Esclareceu que o programa
57 possui duas etapas, sendo a virtual necessária para validar a inscrição, e que, até o momento, apenas
58 Rosa, Benedita e Bia (Romana) participaram da etapa virtual. Ressaltou que a capacitação em
59 Camocim oferecerá hospedagem e alimentação, destacando a oportunidade de aprendizado e de
60 conhecer novos conselheiros. Em seguida, chamou Socorro para apresentar. Socorro, conselheira,
61 deu bom dia a todos e lembrou de uma situação pendente relacionada ao município, enfatizando a
62 necessidade de resposta da Câmara Municipal. Sugeriu que, caso não haja retorno, o conselho forme
63 uma comissão para cobrar informações diretamente. Destacou que a situação do mercado é uma das
64 prioridades e que ainda não houve nenhuma resposta, reforçando a importância de atenção para
65 com a população. Cleohara, presidente do Conselho, explicou que, em relação à situação mencionada
66 por Socorro, foi enviado um ofício à Câmara dos Vereadores seguindo os trâmites legais. Informou
67 que ainda estão dentro do prazo de resposta, que termina na próxima terça-feira, e que, após esse
68 período, o conselho poderá formar uma comissão para buscar a devolutiva diretamente na Câmara,
69 como parte do trabalho de controle social. Em seguida, passou para tratar do assunto da insulina.
70 Socorro, conselheira, comentou sobre dificuldades com o uso das novas agulhas e canetas de
71 insulina, relatando que ela e sua filha têm enfrentado problemas na aplicação, o que pode estar
72 afetando o controle da diabetes. Ressaltou que está pensando no impacto coletivo, demonstrando
73 preocupação com os demais usuários que também utilizam esses equipamentos. Cleohara,
74 presidente do Conselho, comentou sobre a necessidade de capacitação para o uso correto das
75 canetas de insulina, destacando que, apesar de estar prestes a se formar em enfermagem, ainda não
76 domina totalmente a utilização do equipamento. Ressaltou que, ao visitar domicílios, muitas pessoas
77 pedem auxílio e os profissionais não conseguem orientar corretamente. Tentou buscar instruções
78 online, mas não encontrou material específico para o modelo usado no município, e mencionou que
79 a farmacêutica Jayne se prontificou a ajudar, mas ainda não houve retorno. Cleohara reforçou a
80 importância de trabalhar prevenção, promoção e reabilitação em saúde, além da atenção
81 medicamentosa, e destacou que tanto usuários quanto profissionais precisam de orientação
82 adequada sobre o manuseio das canetas para garantir sua eficácia e segurança. Cleohara, presidente
83 do Conselho, reforçou que o momento é de informe e não de debate, embora reconheça a validade
84 da situação relatada por Socorro. Informou que a coordenação já foi comunicada sobre a necessidade
85 apontada e tomará as providências cabíveis, e que o assunto será cobrado novamente no próximo

86 encontro. Também destacou que, como diretora da Associação dos Agentes Comunitários de Saúde,
87 oficializará a coordenação sobre essa demanda. Em seguida, passou a palavra para a próxima
88 participante, enfatizando a importância do informe dela. Lívia, ouvidora do SUS, deu bom dia e trouxe
89 um comunicado breve sobre a Ouvidoria. Relatou que recebe demandas presencialmente, pelo
90 WhatsApp da Ouvidoria e pelo site da Ouvidoria Geral, mas tem enfrentado dificuldades em obter
91 respostas de algumas coordenações, que não retornam os questionamentos. Ressaltou a
92 importância de levar essas demandas a sério, pois muitas vêm do Ministério Público, que cobra
93 respostas e não deixa de insistir até obtê-las. Solicitou que as coordenações da Secretaria de Saúde
94 respondam adequadamente às demandas enviadas. Domingos, conselheiro e representante do
95 Hospital São Camilo, comentou sobre as demandas da Ouvidoria, concordando com a importância
96 do tema. Explicou que a unidade tem dificuldade em responder algumas solicitações porque chegam
97 de forma anônima, sem nome do profissional ou outros detalhes para investigação. Pediu que as
98 ouvidorias fossem mais objetivas, indicando pelo menos o dia, hora ou identificação mínima da
99 pessoa envolvida, para viabilizar respostas e providências adequadas. Lívia, ouvidora do SUS,
100 esclareceu que algumas ouvidorias enviadas ao Hospital São Camilo vêm do site da Prefeitura,
101 permitindo que sejam anônimas. Quando isso ocorre, muitas vezes não há informações suficientes,
102 como nome do profissional, dia ou horário, dificultando o controle e a apuração. Explicou que, em
103 atendimentos presenciais, busca obter mais dados mesmo em denúncias anônimas, mas pelo site
104 isso é mais complicado. Recomendou que, ao responder às ouvidorias, as coordenações enviem
105 ofício informando a falta de dados, para que o usuário possa encaminhar uma nova demanda com
106 informações completas. Eliete, conselheira, explicou que a dificuldade em obter respostas está
107 relacionada aos relatórios da Ouvidoria. Segundo ela, as informações enviadas muitas vezes não
108 esclarecem o caso, o que impede que a pessoa responsável pelo setor consiga responder
109 adequadamente às demandas. Cleohara, presidente do Conselho, esclareceu que Lívia está
110 generalizando as informações da Ouvidoria. Nem todos os ofícios são anônimos ou carecem de dados
111 específicos, mas mesmo os que não têm identificação precisam ser respondidos para validar a
112 Ouvidoria. Destacou que seria adequado que o hospital enviasse resposta informando a falta de
113 informações, permitindo que o trabalho continue sem atraso. Ressaltou ainda que o Ministério
114 Público acompanha de perto todas as denúncias feitas à Ouvidoria. Lívia, ouvidora do SUS, explicou
115 que algumas denúncias recebidas pela Ouvidoria também são levadas ao Ministério Público, que
116 exige respostas concretas. Destacou que recebe muitas ouvidorias detalhadas, com informações
117 sobre UBS, médico, ocorrências e horários, mas ainda assim não obtém retorno de algumas
118 coordenações. Ressaltou que o Ministério Público não aceita respostas que não resolvam
119 efetivamente o problema. Cleohara, presidente do Conselho, explicou que Lívia não tem
120 conhecimento completo sobre a logística de trabalho do Ministério Público, apenas da própria
121 Ouvidoria. Esclareceu que, pelo que conhece, o MP realiza sua própria investigação antes de enviar
122 ofícios às secretarias e pede respostas para conferir se as informações coincidem com seu trabalho.
123 Em seguida, encerrou a rodada de informes, agradeceu a participação de todos e deu início ao
124 encontro, passando a palavra para Karla. Reforçou que a apresentação seguirá com discussão ao
125 final, garantindo dois minutos de fala para cada pessoa, sem exceções. Karla, enfermeira do setor de
126 Controle e Avaliação, deu bom dia e apresentou um plano de incremento temporário do custeio do
127 serviço da Atenção Primária. Explicou que o plano, buscado pelo prefeito Alex e pela secretária Flávia,
128 visa manter a qualidade do serviço e está baseado na Portaria 7.412 de 1º de julho de 2025, com

129 valor total de R\$ 1.600.015,00. Detalhou que os recursos podem ser utilizados para aluguel e
130 manutenção de transportes, aluguel de imóveis, contas de água e energia, combustível, serviços de
131 assistência e apoio à APS, compra de EPIs, materiais de escritório, limpeza, consumo para APS,
132 confecção de banners e empresas de suporte para funcionamento dos sistemas da APS. Ressaltou
133 que o valor estará sempre disponível para consulta no setor de Controle e Avaliação e que será
134 apresentado mensalmente para garantir transparência. Cleohara, presidente do Conselho, informou
135 que, com ciência da emenda parlamentar que garante os recursos para os serviços do SUS no
136 município, abriu a sessão para discussões. Explicou que todas as perguntas devem se restringir ao
137 contexto da emenda parlamentar e que há áudios e atas escritas das reuniões para assegurar a
138 validade das informações, garantindo transparência e registro caso o Ministério Público solicite.
139 Francinete, conselheira, comentou sobre a compra de materiais no município, expressando
140 preocupação em saber exatamente quais itens estão incluídos no conteúdo. Perguntou
141 especificamente sobre o material de consumo destinado à Atenção Primária à Saúde (APS). Karla,
142 enfermeira do setor de Controle e Avaliação, respondeu que o material de consumo para a APS
143 abrange diversos itens, iniciando a explicação sobre os tipos de materiais incluídos. Francinete,
144 conselheira, questionou quais materiais de consumo são enviados para as unidades, mencionando
145 especificamente gás, café, açúcar e água. Lembrou que, em gestões anteriores, itens como café e
146 açúcar eram enviados às unidades e perguntou se atualmente isso ainda ocorre, ressaltando que,
147 segundo ela, hoje apenas o gás e a água seriam enviados. Cleohara, presidente do Conselho, explicou
148 que a emenda parlamentar já vem direcionada, detalhando os gastos, incluindo materiais de
149 escritório e expediente, como lápis, canetas, papel A4, borrachas e corretivos, além de material de
150 limpeza, que ficou em falta por mais de dois anos. Destacou que a aquisição desses materiais é
151 essencial para o funcionamento das unidades e que questões como alimentação dos profissionais
152 podem ser pautadas e pesquisadas para verificar respaldo legal. Cleohara também expressou
153 frustração com a falta de educação de alguns colegas durante a reunião, reforçando a necessidade
154 de empatia, respeito à fala dos demais e atenção ao ambiente acústico limitado. Eliete, conselheira,
155 destacou que quando um relatório apresenta valores abertos de gasto divididos em diferentes
156 demandas, é fundamental que, após a realização desses gastos, os recibos e comprovantes
157 correspondentes sejam apresentados ao Conselho Municipal. Ela reforçou que busca não apenas
158 uma resposta verbal, mas a documentação formal que comprove os gastos realizados. Cleohara,
159 explicou que, ao receber uma emenda parlamentar, o valor total e os gastos previstos já vêm
160 detalhados, e que, na prestação de contas, os itens são discriminados minuciosamente. Ressaltou
161 que é responsabilidade do conselheiro questionar os gastos durante a prestação de contas. Propôs à
162 plenária a formação de uma comissão para antecipar o estudo da prestação de contas e validar o
163 trabalho, mas destacou a dificuldade em conseguir voluntários, lembrando que sozinha não consegue
164 dar conta, e incentivou colegas que já haviam sido convidados a se engajar. Eliete, esclareceu que
165 não é função do conselheiro rastrear os gastos ou coletar recibos. Ela reforçou que, a partir do
166 momento em que os recursos — como o valor de um milhão citado — forem efetivamente utilizados,
167 a equipe responsável deve apresentar ao Conselho os comprovantes e recibos das despesas
168 realizadas, garantindo transparência e fiscalização adequada. Cleohara, reforçou que os conselheiros
169 têm autonomia em suas falas, mas destacou a importância da adesão ao curso Participe Mais Brasil
170 para compreender a logística e o funcionamento do conselho. Ressaltou que o conselho atua como
171 órgão fiscalizador e deliberador da saúde municipal, mas que muitas vezes as cobranças não têm

172 respaldo do coletivo. Citou exemplos de discussões anteriores em que poucos se posicionaram e, por
173 isso, decidiu não conduzir mais cobranças sozinha. Enfatizou que a recomendação da emenda
174 parlamentar será registrada em ata e orientou que todos os conselheiros lembrem desse valor
175 específico para evitar que futuras discussões se tornem meramente teóricas. Em seguida, abriu
176 espaço para o próximo questionamento. Socorro, conselheira, agradeceu a presença da dona Áquila
177 e trouxe à pauta uma questão sobre emenda parlamentar, lembrando da emenda de maio do ano
178 anterior. Questionou sobre a ambulância que deveria ter sido adquirida com essa emenda,
179 mencionando que já havia feito o questionamento anteriormente sem obter resposta. Cleohara,
180 presidente do Conselho, reconheceu a pertinência do questionamento da conselheira Socorro sobre
181 a emenda parlamentar de maio e a aquisição da ambulância. Informou que não possui a resposta no
182 momento e sugeriu que seja feita uma pesquisa baseada nas atas. Perguntou à Shirley,
183 coordenadora, se havia alguma informação sobre a aquisição, mas não houve confirmação. Cleohara
184 propôs, então, que fosse enviado um ofício à Secretária de Saúde solicitando esclarecimento formal,
185 anexando cópia da ata, conforme os trâmites legais. Destacou que, apesar do burburinho, o ambiente
186 é democrático, todos têm direito à voz, mas apenas conselheiros têm direito a voto, e elogiou a
187 presença de uma vereadora pela primeira vez nas reuniões durante sua gestão. Vereadora Keila
188 explicou que não faz parte do Conselho Municipal de Saúde, mas gosta de participar das reuniões
189 para acompanhar e dialogar com os conselheiros. Sobre a ambulância, comentou que, segundo seu
190 conhecimento, a ambulância da Tabinha foi destinada para lá, mas não tem certeza se permanece
191 atualmente nem se o recurso utilizado foi da emenda parlamentar. Destacou que a informação foi
192 mencionada na reunião de votação e que o deslocamento da ambulância foi para lá, e não para o
193 local da reunião. Eliete questionou a vereadora sobre a desistência da Procuradoria Geral da Mulher,
194 destacando que toda a situação gerou frustração, pois a procuradoria não permitiu que elas se
195 manifestassem, deixando-as tristes. Cleohara explicou que o cargo em questão é destinado a
196 mulheres que compõem a Câmara dos Vereadores, podendo o presidente indicar uma mulher
197 assessora caso não haja interesse de alguma vereadora. Ela destacou que seria produtivo estar à
198 frente desse cargo, mas que isso não impede a participação do conselho na busca de melhorias para
199 as mulheres. Em seguida, pediu para que voltassem à pauta, agradeceu a apresentação da colega e
200 informou que não seria necessária aprovação, dando ciência ao conselho, passando então para a
201 próxima pauta com Sabrinna. Sabrinna, enfermeira concursada e coordenadora da central de
202 regulação, apresentou um panorama sobre o programa federal de ampliação do acesso a médicos
203 especialistas, destacando que: O programa, iniciado como PEMAe e agora como Mais Especialistas,
204 tem como objetivo ampliar consultas, exames e procedimentos diagnósticos, com foco inicial no
205 componente ambulatorial. Funciona em parceria entre Ministério da Saúde, estado e municípios,
206 podendo envolver entidades privadas e filantrópicas. O atendimento ocorre via OCIs (Oferta de
207 Cuidados Integrados), que são pacotes de serviços ambulatoriais organizados por especialidade,
208 incluindo consultas, exames complementares e retorno. Cada OCI gera repasse financeiro à
209 instituição que a realiza. Para Tianguá, os hospitais São Camilo e Santa Luzia aderiram ao programa
210 em especialidades como ortopedia, cardiologia, oftalmologia e oncologia, comprometendo-se a
211 oferecer os serviços conforme checklist de habilitação apresentado à coordenação. Cada instituição
212 possui equipamentos próprios e capacidade para realizar os procedimentos listados nas OCIs, com
213 comprovação por fotografias e relatórios. Alguns exames, como ressonância ou mamografia, ainda
214 não são ofertados por limitações de equipamentos. O recurso federal é liberado em etapas: 30%

215 inicial como incentivo, e 70% conforme prestação de contas e execução das OClis. O objetivo da
216 apresentação era a aprovação do checklist de habilitação das OClis, que já está disponível no grupo e
217 registra a capacidade das instituições de atender aos pacientes conforme o programa. Sabrinna
218 encerrou enfatizando que o programa aumentará o acesso da população a especialistas de forma
219 organizada e transparente, garantindo acompanhamento do Conselho Municipal de Saúde. Cleohara
220 passou para as direções. Cleano, questionou sobre a aplicação das emendas parlamentares
221 aprovadas em setembro de 2024, no valor de R\$ 800 mil e R\$ 410 mil, destinadas a exames e
222 especialidades. Ele destacou que, até o momento, a central de regulação ainda está chamando
223 pacientes para exames de imagem (como ultrassonografias) referentes a junho de 2024, e perguntou
224 qual foi a destinação do recurso, já que os procedimentos ainda não foram realizados. Virginia,
225 conselheira, ressaltou a grande necessidade de especialistas para diabéticos, destacando a
226 importância do endocrinologista, que tem autoridade para ajustar doses de medicamentos e
227 acompanhar o tratamento. Ela comentou que, fora da rede pública, uma consulta com esse
228 especialista custa R\$ 380, valor inacessível para a maioria, evidenciando a dificuldade de acesso ao
229 serviço pelo SUS. Sabrinna, enfermeira e coordenadora da central de regulação/marcação, explicou
230 que em Tianguá são realizados quase mil ultrassons por mês, mas a demanda é muito grande e muitas
231 solicitações feitas por profissionais da saúde chegam sem critérios ou justificativa adequada. Ela
232 comentou que, às vezes, médicos cedem aos pedidos insistentes de pacientes, mesmo quando não
233 há indicação clínica. Para organizar a demanda, a central está implementando auditoria em todos os
234 procedimentos, realizada por dois auditores (Dr. Anderson e Dr. Giovanna), que analisam as
235 solicitações online, apenas com base nos documentos e justificativas enviadas pelos profissionais,
236 sem atendimento presencial ao paciente. Quando uma solicitação não atende aos critérios técnicos,
237 é devolvida ao médico com pedido de justificativa. Sabrinna ressaltou que ultrassons transvaginais
238 só devem ser solicitados quando há indicação médica, como sangramento persistente ou
239 amenorreia, e destacou que a auditoria busca garantir que apenas exames necessários sejam
240 realizados, priorizando pacientes com real necessidade. Cleohara ressaltou que a coordenadora tem
241 ciência das dificuldades enfrentadas pelos médicos ao preencher os encaminhamentos de forma
242 adequada. Ela comentou que há uma questão cultural presente tanto no município quanto no país,
243 em que pacientes chegam exigindo determinados exames ou medicações. Por isso, reforçou que a
244 auditoria é necessária e foi realizada com base na orientação do Conselho Municipal de Saúde,
245 aplicando-se tanto à central de regulação quanto às cirurgias, independentemente do porte do
246 procedimento. Sabrinna explicou que muitas solicitações de consultas com especialistas chegam sem
247 detalhar a condição do paciente ou o motivo da necessidade, dificultando a priorização. Ela destacou
248 que o acesso aos especialistas existe, mas a prioridade é dada àqueles cujos encaminhamentos
249 apresentam justificativa clara. A classificação das demandas na central de regulação é feita em alta,
250 média e baixa prioridade, seguindo o princípio da equidade do SUS. Como exemplo, mencionou que,
251 de quase 700 ressonâncias na fila, apenas 80 foram classificadas como alta prioridade pelos médicos
252 auditores, mostrando a necessidade de critérios claros para garantir que os pacientes com maior
253 necessidade tenham acesso primeiro. Sabrinna informou que, além do aumento de especialistas, o
254 Ministério da Saúde está disponibilizando telemedicina, permitindo consultas online com
255 especialistas. O programa já foi iniciado, priorizando principalmente endocrinologistas devido à
256 grande demanda de pacientes diabéticos. Nessas consultas, o paciente permanece na unidade de
257 saúde com seu médico de referência, enquanto o especialista atende remotamente. O processo é

258 rápido, permitindo que o paciente receba atendimento sem esperar meses, e atualmente o programa
259 conta com 20 especialidades disponíveis, incluindo reumatologia, endocrinologia e neurologia.
260 Quitina conselheira perguntou a Sabrina se, nas especialidades dela, existe encaminhamento para
261 problemas vasculares em hospitais de Fortaleza e se essa especialidade é contemplada. Sabrinna
262 respondeu que não há médico especialista em vascular em Tianguá, apenas atendimento particular.
263 Explicou que a central de regulação insere o pedido no sistema do Estado e aguarda o agendamento
264 da consulta, lembrando que a oferta de especialistas é obrigação do Estado, que disponibiliza esses
265 serviços, como na Policlínica estadual. Quintina parabenizou Sabrinna pela explicação e pelas
266 informações fornecidas aos conselheiros. Eliete ressaltou que não se deve esquecer dos serviços que
267 ainda não existem ou que o hospital não aderiu, e pediu que informem uma data para adesão,
268 destacando que isso é urgente. Sabrinna explicou que a instituição tem liberdade para aceitar ou não
269 a OCI, e que o hospital não aderiu por decisão própria. Ela disse que, se o serviço for ofertado em
270 outra instituição, o conselho será informado, e que será necessário dar ciência ao conselho sobre
271 qualquer nova adesão. Domingos explicou que é necessário trabalhar com responsabilidade,
272 mostrando que os serviços e equipamentos realmente existem antes de aderir. Citou que
273 oftalmologia e outra especialidade (otorrinolaringologista) não foram aderidas porque é difícil
274 encontrar especialistas, indicando que possivelmente não conseguirão oferecer esses serviços. Luiz
275 Carlos, do Movimento e da Associação de Pessoas com Deficiência de Tianguá, relatou dificuldades
276 na entrega de solicitações de exames na central, mas conseguiu em uma unidade próxima. Ele
277 enfatizou a necessidade de acompanhar a acessibilidade e prioridade de atendimento em todas as
278 unidades de saúde, incluindo conveniadas, lembrando que a acessibilidade deve contemplar pessoas
279 com deficiência física, auditiva e visual, tanto em serviços públicos quanto privados. Cleohara
280 destacou que, embora haja acompanhamento por parte das unidades, o Conselho também deve
281 realizar visitas técnicas para avaliar acessibilidade e funcionamento dos equipamentos de saúde.
282 Informou que este mês não poderá fazer visitas, mas no próximo disponibilizará duas datas para
283 divisão entre os conselheiros, lembrando que o Ministério Público exige duas ou mais visitas a cada
284 três meses. Em seguida, colocou em votação a aprovação do checklist da Sabrinna, que foi aprovado
285 por unanimidade. Por fim, introduziu a apresentação da Shirley sobre territorialização, enfatizando
286 sua importância para o Conselho e para a gestão da saúde nos próximos quatro anos, considerando
287 necessidades das conferências de saúde e PPAs. Shirley, coordenadora da Atenção Primária, explicou
288 que iniciou no ano passado a reterritorialização das equipes de saúde da família do município, mas o
289 processo ainda não foi finalizado devido a mudanças ocorridas ao longo do percurso. Ela detalhou
290 que, após a territorialização, algumas unidades de saúde tiveram suas áreas readequadas em micro-
291 áreas, definidas de acordo com a atuação dos agentes de saúde. Explicou a diferença entre área e
292 micro-área, ressaltando que cada unidade pode ter várias micro-áreas dependendo do tamanho da
293 área. Shirley informou que estão concluindo o levantamento das alterações, utilizando instrumentos
294 aplicados pelos gerentes junto aos agentes de saúde, destacando que desde 2019 só foram criadas
295 duas novas áreas (Valparaíso e Bom Jesus). Ela enfatizou que ainda não pedirá aprovação formal,
296 pois o processo não está totalmente concluído. Cleohara explicou que, após o concurso recente, é
297 importante conhecer a situação das áreas e micro-áreas, pois o novo programa do Ministério da
298 Saúde exige cobertura completa das áreas para que as unidades de atenção básica alcancem os
299 indicadores e possibilitem recursos para o município. Ressaltou que, mesmo sendo uma
300 apresentação breve e ainda não concluída, ela fornece um panorama da situação do município,

301 lembrando que posteriormente será necessária uma resolução ou aprovação do conselho. Shirley
302 explicou que o evento recente foi apenas para apresentação das equipes e redivisão das áreas pelos
303 agentes de saúde, não sendo a finalização do processo. Ela destacou que Tianguá está 100% coberto
304 territorialmente, mas nem todas as unidades têm cobertura completa de agentes comunitários de
305 saúde. Alguns exemplos de ajustes necessários incluem: Centro de Saúde 3 será dividido em duas
306 unidades (Tianguazinho e Lages). Isabel Nogueira será dividido com o Cruzeiro, criando uma nova
307 UBS. João Nurias será reorganizado com o Governador Ferraz, criando uma UBS na Terra Prometida.
308 Santo Expedito e CIPó serão avaliados quanto à necessidade de nova equipe, pois o CIPó cresce e
309 atualmente só tem um agente cobrindo a região. São José e Freixeiras passaram por reavaliação;
310 unidades serão divididas para reduzir distância de atendimento (São José no Coracol e Freixeiras no
311 Pitanga). Subestação será dividida com o bairro Catatau, e há emenda para construção de um novo
312 prédio para unir as unidades, atualmente em casa alugada. Ela enfatizou que ainda falta avaliação
313 final, impressão e criação de instrumentos para acesso geral, garantindo que cada unidade não
314 exceda o limite ideal de pessoas por agente de saúde. Cleohara pontuou que o equipamento de saúde
315 no bairro Catatau está abandonado, apesar de cobranças do Conselho para sua reestruturação e
316 instalação da unidade básica. Ela explicou que, para credenciamento de uma UBS, toda a
317 documentação precisa ser verídica; embora a verba tenha sido recebida, o equipamento foi
318 construído em outro endereço, motivo pelo qual o projeto parou. O município continua sendo
319 cobrado para reestruturar o local. Shirley explicou que, atualmente, é necessário abrir nove UBS no
320 município para melhorar o atendimento, mas a abertura depende do credenciamento do Ministério
321 da Saúde. Mesmo com o prefeito ativo e solicitando recursos, o município precisa custear as unidades
322 por três meses até que o ministério libere os pagamentos. Ela destacou que as mudanças na
323 territorialização foram pequenas, relacionadas principalmente ao crescimento populacional. A
324 previsão é que a territorialização seja finalizada em breve, possibilitando uma apresentação completa
325 e a geração da resolução. Também comentou sobre ajustes em unidades específicas, como Freixeiras
326 e Pitanga, que já receberam enfermeiros, mas ainda faltam médicos para atender adequadamente,
327 especialmente devido ao número de gestantes na região. Cleohara recomendou que, na
328 apresentação da territorialização, Shirley destaque em vermelho as áreas prioritárias, como Catatau,
329 considerando o percentual de pessoas e comorbidades. Ela alertou sobre perdas históricas de vagas
330 de agentes de saúde: inicialmente 29 vagas, depois mais 39, devido à negligência e má-fé da gestão
331 anterior, comprometendo a cobertura do município. Atualmente, existem 18 vagas pendentes de
332 credenciamento pelo Ministério da Saúde. Cleohara destacou que é um difícil obtê-las, já que o
333 ministério pode questionar a adesão às vagas perdidas. Cabe ao atual gestor e ao prefeito articular
334 politicamente e documentalmente para garantir essas vagas. Ela também citou que, quando foi
335 credenciado o segundo lote de 39 vagas, Rejarley, conforme consta em ata, deveria ter sido incluído
336 no processo, mas não foi, reforçando a necessidade de acompanhamento e pressão junto ao
337 ministério. Shirley explicou que as informações não estão em documento físico, mas no sistema do
338 Ministério da Saúde, e que, se houver acesso à internet, pode mostrar ou gerar algum relatório. Ela
339 ressaltou que as solicitações das unidades, como Bom Jesus e Valparaíso, já tinham sido feitas há
340 cerca de um ano ou mais, inclusive em gestões anteriores, e que somente agora, nesta gestão, houve
341 liberação e credenciamento dessas unidades, mostrando a lentidão do processo. As solicitações
342 estão registradas no sistema, mas sem nomes específicos; a prioridade de abertura é definida quando
343 a liberação chega. Cleohara ressaltou que o conselho é autônomo e independente, devendo usar

344 essa autonomia de forma ética, para fiscalizar e registrar os serviços prestados. Ela pediu para Shirley
345 mostrar no sistema onde foram solicitadas as duas vagas. Shirley esclareceu que as unidades
346 mostradas são as de origem, e que a partir delas será criada a nova unidade. Os agentes de saúde
347 que atuam nas áreas das unidades de origem passarão a atender a nova área criada. Ela destacou
348 que já foi registrado no sistema o que falta para cobrir completamente a área, mas que a execução
349 depende de vários fatores, não apenas do gestor municipal. Keila, vereadora, agradeceu o convite da
350 presidente para participar da reunião, destacando a importância de estar presente. Ela comentou
351 sobre a relevância dos assuntos discutidos, mencionou que irá se reunir com Shirley para tratar de
352 demandas da população e ressaltou que, mesmo sem direito a voto no conselho, a Câmara pode
353 participar de outras formas. Ela encerrou agradecendo novamente e afirmou que pretende estar
354 presente no próximo mês. Cleohara encerrou a reunião destacando que foi produtiva e agradecendo
355 a educação de todos. Pediu desculpas caso tenha sido grosseira com alguém e reforçou que todos os
356 vereadores são bem-vindos no conselho, lamentando que nem todos demonstrem preocupação com
357 o tema. Ela desejou que Deus acompanhe os presentes e se despediu. E, eu, Maria Thaynara Queros
358 Nascimento, depois de lida e redigida, lavrei a presente ata. Tianguá, Ceará, treze de agosto de dois
359 mil e vinte e cinco.

360

361 **Estavam presentes na audiência pública do dia 13/08/2025, em ANEXO.**

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372



Cleohara Moita de Souza

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Tianguá



Maria Thaynara Queros Nascimento

Sec. Executiva do C.M.S. de Tianguá



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIANGUÁ

Conselho Municipal de Saúde



REUNIÃO ORDINÁRIA – DIA 13 DE AGOSTO DE 2025

Nº	NOME	CONDIÇÃO	SEGUIMENTO	ASSINATURA
01	Flávia Araújo Cardoso Procópio	Titular	Sec. De Saúde	
	Sabrina Araújo Coimbra Moita	Suplente	Sec. De Saúde	
02	Quintina Rosângela Rodrigues Bevilacqua	Titular	13ª CRES/ADS	
	Anita Saraiva Dornelles Maciel	Suplente	13ª CRES/ADS	
03	Rosa Maria Paz de Melo Barreto	Titular	Sec. De Educação	
	Marcus Antônio Ximenes Pereira	Suplente	Sec. De Educação	
04	Cyro Henrique Lima dos Santos	Titular	Sec. De Agricultura	
	Emanuel Aguiar Lopes	Suplente	Sec. De Agricultura	
05	Valéria Viana Albuquerque	Titular	Sec. De Assistência Social	
	Raimundo Valdir da Silva Celestino Junior	Suplente	Sec. De Assistência Social	
06	Rafael Vieira Lopes	Titular	H.M.M.N	
	Domingos Gomes de Lima	Suplente	H.M.M.N	
07	Francisco Maxwell Lima	Titular	Atenção Básica	
	Talvne Silva Pereira	Suplente	Atenção Básica	
08	Kássia Silva da Rocha	Titular	Prest. De Serviço	
	Anastácio de Arruda Filho	Suplente	Prest. De Serviço	
09	Ainara Tavares Pedroza	Titular	Nível Superior	
	Amanda Lourenco Tomaz	Suplente	Nível Superior	
10	Cláudia Lima Fontenele	Titular	Nível Superior	
	Antonio Jameli Sousa Sales	Suplente	Nível Superior	

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIANGUÁ

Conselho Municipal de Saúde

REUNIÃO ORDINÁRIA – DIA 13 DE AGOSTO DE 2025

11	Marrocos Roque Soares Neto	Titular	Nível Superior	
	Emanuel Araujo Santana	Suplente	Nível Superior	
12	Monique Coelho Araújo	Titular	Nível Médio	Monique Coelho
	Fabiana Kessya Freire Machado de Brito	Suplente	Nível Médio	
13	Maria do Socorro Carneiro Prado	Titular	Nível Médio	
	Iraci Nágela de Souza Fontenele	Suplente	Nível Médio	
14	Mirta Maria Soares Mendonça	Titular	Nível Médio	
	Eleneudo Teles Frota	Suplente	Nível Médio	
15	Cleohara Moita de Souza	Titular	Agente Comunitários de Saúde	
	Graciele Tomaz Farrapo	Suplente	Agente Comunitários de Saúde	
16	Francisco Jaques Aguiar Felix	Titular	Agente de Combate as Endemias	
	Daniel Moita Ponte	Suplente	Agente de Combate as Endemias	
17	Francisca de Sousa Moraes	Titular	Sind.Trab.Rurais	
	Manoel Vicente dos Santos	Suplente	Sind.Trab.Rurais	
18	Ana Claudia S. da Rocha	Titular	ASMULTI	
	Renata da Silva Fontenele	Suplente	ASMULTI	
19	Francisca Rejane Sousa Silva	Titular	Usuário Arapá	
	Fernando Souza Paulino	Suplente	Usuário Arapá	
20	Antonio Manoel Salvino	Titular	Usuário Pindoguaba	
	José Romario Silva do Nascimento	Suplente	Usuário Pindoguaba	
21	Maria Edivânia da Silva Costa	Titular	Usuário Caruataí	
	Elaine Rute Araújo da Silva	Suplente	Usuário Caruataí	



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIANGUÁ
Conselho Municipal de Saúde



REUNIÃO ORDINÁRIA – DIA 13 DE AGOSTO DE 2025

22	Romana Machado de Vasconcelos	Titular	Usuário Tabainha	
	José William Carneiro Machado	Suplente	Usuário Tabainha	
23	José Ribamar Teles	Titular	Usuário Governador Ferraz e Santo Antonio	
	Naiara Carvalho Messias da Silva	Suplente	Usuário Governador Ferraz e Santo Antonio	Naiara Carvalho.
24	Maria Eliete Araújo de Miranda	Titular	Usuário CSU	Eliete Araújo
		Suplente	Usuário CSU	Portela
25	Rosa Liduina Portela	Titular	Usuário Frecheiras	
	Valdene Vasconcelos Cunha	Suplente	Usuário Frecheiras	
26	Benedita Gentil Muniz	Titular	Pastoral da AIDS	
	Beatriz Fonseca	Suplente	Pastoral da AIDS	
27	Jonatan de Arruda Rodrigues	Titular	Comunidade Rodoviária	
	André Ferreira de Oliveira	Suplente	Comunidade Araticum	
28	Leandro de Jesus Araújo	Titular	Campo do Laurão e Adjacências	
	Virginia Maria Ferreira	Suplente	Campo do Laurão e Adjacências	Virginia Maria Ferreira
29	Francisca Florência de C. Cardoso	Titular	Usuário Sítio São José	
	Rosiane Oliveira Vieira	Suplente	Usuário Sítio São José	
30	Francinete Ferreira Cardoso	Titular	SISMUT	Francinete F. Cardoso
	José Alci Dourado de Araújo	Suplente	SISMUT	
31	Benedito André da Silva	Titular	LGBT/Coração Valente	
	Paulo Marques da Silva	Suplente	LGBT/Coração Valente	
32	Francisca das Chagas Domingos da Conceição	Titular	APAMA/Valparaíso	
	Francisca Muniz da Silva	Suplente	APAMA/Valparaíso	

REUNIÃO ORDINÁRIA – DIA 13 DE AGOSTO DE 2025

CONVIDADOS	
NOME	PROFISSÃO/SETOR
1. Sra Karla Andreza Amaral de Lima	Empreiteira / Central e Análises
2. Cleane Alves Araújo	ACS / Centro de Saúde I
3. Janyne Alina Boreconcelos	Coord. Programas Especiais - SUS
4. Shirley Deliaus H. de Lencastre	Coord. APS.
5. Lorrana Moita J. Vieira de Souza	Assessora da Secretaria de Saúde
6. Kátia Aragão Fomond	Camareira Municipal. Unidade RA
7. Dami Carlos T. Silva	MS 4 / APCDT
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	